

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da Sessão de Instalação do Segundo Período Extraordinário Compreendido entre 5 a 31 de Julho de 1971 Realizada em 5 de Julho de 1971 — (Segunda-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinatto, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os srs. deputados: Armando Queiroz, Arthur de Souza, David Federmann, João Fadel, Lázaro Dumont, Pinto Dias e Santos Lima (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O,

e instalado o segundo Período Extraordinário de Sessões, convocado pelo sr. Governador do Estado, na forma autorizada pelo artigo 15, § 1.º, alínea B, da Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

MENSAGEM

n. 19-71

Curitiba, 30 de junho de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para, nos termos do § 1.º, alínea "a", do art. 15, da Constituição Estadual, convocar essa Augusta Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, de 5 a 31 de julho do corrente ano, para o fim especial de apreciar matérias de relevante interesse público, as quais estão contidas nas Mensagens ns. 9-71,

de 1.º de maio de 1971; 12-71, de 24 de maio de 1971; 14-71, de 3 de junho de 1971; 16-71, de 22 de junho de 1971; 17-71 e 18-71, de 24 de junho de 1971, todas em tramitação nessa Casa de Leis.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES
Governador do Estado

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 126-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. Que o tráfego de caminhões na avenida Sete de Setembro, em Curitiba, e de grandes proporções, em virtude da aludida avenida constituir-se do Estado para a BR-116 e Porto de Paranaguá, e vice-versa; em passagem praticamente obrigatória dos veículos que trafegam do norte do Estado para a BR-116 e Porto de Paranaguá, e vice-versa;

2. Que, por falta de fiscalização, os caminhões trafegam em alta velocidade, sem respeitar as faixas de rolamento, e, como consequência, já se registraram ali, por estes motivos, uma série de acidentes;

Requeiro à Mesa, regimentalmente, oficie-se ao Exmo. sr. Diretor do DETRAN, solicitando e sugerindo a S. Exa. que se digne determinar as medidas necessárias para a solução do problema acima.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 1971.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer à Mesa, na forma regimental, oficie-se ao exmo. sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando que S. Exa. se digne determinar ao órgão competente a colocação, em caráter permanente, de serviço de Rádio Patrulha na Av. Brasília, preferencialmente nas proximidades da Vila Santa Maria, Xaxim, nesta Capital.

O local acima referido, vem sendo palco, ultimamente, de uma série de incidentes, e seus inúmeros moradores estão apreensivos, reivindicando, com justiça, o necessário atendimento.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 1971.

(a) Maurício Fruet

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre deputado Erondy Silvério, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Solicitei a palavra apenas para, inicialmente, agradecer a presteza e a consideração com que o sr. Prefeito Jaime Lerner respondeu à indagação que fizemos em nome do povo de Curitiba.

Embora não tivesse gostado da redação que S. Exa. usou, da linguagem quase irreverente que usou na resposta, tenho que agradecer o alto espírito público de S. Exa., porque não há imposição legal para que o Prefeito responda indagações do Poder Legislativo. Mas, S. Exa. é aquilo que nós dissemos quando veio para cá a indicação de seu nome para ocupar o elevado cargo de Prefeito da Capital, que S. Exa. era um jovem talentoso e de alto espírito público. Não mudamos nosso pensamento a respeito de

S. Exa.. Apenas vamos nos reservar para, oportunamente, rebater o que foi dito nesta resposta. Porque não afirmei, aqui, que S. Exa. havia contratado os serviços de uma firma por 140 milhões de cruzeiros; disse, isto sim, que S. Exa. havia contratado os serviços por 140 mil cruzeiros. O sr. Prefeito Municipal não devia se basear em noticiários de jornais, porque não creio que a douda Mesa tivesse enviado a S. Exa. alguma informação. Acreditado mesmo que o sr. Prefeito se baseou em noticiários de jornais, e disse, em sua resposta, erroneamente, que acrescentei alguns zeros no contrato firmado entre a Prefeitura e a firma SERETE S.A..

Quero que fique bem claro que não acrescentei zero nenhum, disse 140 mil cruzeiros, mas acho um absurdo que a Prefeitura tenha contratado serviço com essa firma, por que tem um Departamento especializado e um órgão próprio, o IPPUC, para executar esses serviços.

Portanto, oportunamente, voltarei ao assunto. Mas, na tarde de hoje, quero agradecer, de público, o sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pelo respeito que teve por esta Casa, pelo respeito que teve por este Deputado e pelos demais Deputados que representam, juntamente conosco, o povo de Curitiba.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, deputado Arizone Araújo.

O SR. ARIZONE ARAÚJO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna na tarde de hoje, para tecermos comentários a respeito do decreto n. 475, publicado na semana passada, no Diário Oficial.

Tal decreto visa um incentivo à indústria paranaense, e vem demonstrar o perfeito entrosamento do vice-Governador do Estado com o Executivo, pois que sabemos que a missão precípua do nosso vice-Governador do Estado é estimular de todas as formas a industrialização do Estado do Paraná, bem como incentivar a exportação.

Este decreto diz bem de perto essa perfeita consonância dos poderes. Passo a ler os artigos do mesmo:

Art. 1.º — Nas solicitações, visando a aquisição de mercadorias, promovidas por autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública e fundação instituída pelo Estado, aplica-se o disposto na letra "j" do artigo 18 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 9.068, de 4 de agosto de 1962.

Parágrafo único — O disposto neste artigo aplica-se nos casos em que a saída de mercadorias não ocorra através de estabelecimentos localizados no território do Estado e nos que na licitação tenha sido oferecida mercadoria similar produzida no Estado.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sr. Presidente, srs. Deputados. Falamos hoje, aqui, em nome da indústria, dos empresários paranaenses, para agradecer este auxílio oferecido por S. Exa., porque com isso as empresas paranaenses ficarão em igualdade de condições nas concorrências públicas, quando da aquisição por parte do poder público.

Porque pode acontecer o seguinte: os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e muitos outros já ofereciam esse mesmo tipo de incentivo às indústrias e, toda vez que competiam com produtos nossos, levávamos essa desvantagem de 10% nos preços oferecidos, e o Paraná sofria terrivelmente na sua economia, nesse tipo de concorrência.

Hoje, no entanto, graças ao espírito de compreensão de S. Exa., o sr. Governador do Estado e o enquadramento perfeito por parte do Secretário da Fazenda, podemos dizer de viva voz que o Estado do Paraná está concorrendo em igualdade de condições, com os outros Estados co-irmãos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem dela queira fazer uso, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Diretor do DETRAN, no sentido de serem tomadas as medidas necessárias para a melhor fiscalização dos veículos que trafegam em alta velocidade na Avenida Sete de Setembro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que o órgão competente coloque, em caráter permanente, o serviço de Rádio Patrulha na Av. Brasília, preferencialmente nas proximidades da Vila Santa Maria, Xaxim, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 126-71. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª **Discussão** — do Projeto de Lei n.º 126-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.2 LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e osetenta e um, na sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a Presidência do senhor deputado Cândido Manuel de Oliveira. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Maciel Filho apresentou redação final dos seguintes projetos: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27-68 — de autoria do senhor deputado Ovídio Franzoni, que dá nova redação ao art. 26 do Regimento Interno, mantendo o seu parágrafo único. PROJETO DE LEI N.º 39-70 — de autoria do senhor deputado Antônio Lopes Júnior, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao poeta Liberalino Estevam. PROJETO DE LEI N.º 268-70 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 33-70, que cria no Quadro Único de Pessoal da Penitenciária de Mulheres os Cargos em Comissão, na forma como específica. **APROVADOS.** Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais. **Cândido M. de Oliveira** — Presidente.

Lélio G. Sotto Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27-68

Assim a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:
— Art. 1.º — O art. 26 do Regimento Interno, mantido o seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 — O Presidente da Assembléa não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou nos de escrutínio secreto".

Art. 2.o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.6.71.

aa) Cândido M. Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 268-70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Ficam criados, no Quadro Único de Pessoal, com lotação na Penitenciária de Mulheres, do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os seguintes cargos de provimento em comissão:

| N.º de Cargos | Denominação | Símbolo |
|---------------|-----------------------|---------|
| 1 (um) | Diretor | 2—C |
| 1 (um) | Assistente de Diretor | 3—C |
| 1 (um) | Assistente Jurídico | 3—C |
| 2 (dois) | Assistente | 10—C |

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.6.71.

aa) Cândido M. Martins de Oliveira — Presidente
Maciel Filho — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 39-70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao poeta Liberalino Estevam.

Art. 2.o — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.6.71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Assinatura Ilegível — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor deputado Leopoldo Jacomel. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 260-70 — de autoria do senhor deputado José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros) a Theodoro Meira; Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado; PROJETO DE LEI N.º 8-71 — de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, que cria na cidade de Terra Roxa, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972; Relator, senhor deputado Ovídio Franzoni, parecer favorável — aprovado; PROJETO DE LEI N.º 10-71 — de autoria do senhor deputado Igo Losso, que cria a Fundação Educacional de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia; Relator, senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 47-71 — de autoria do senhor deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no distrito de Jacutinga, mun. de Ivaiporã. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Assinatura Ilegível — Presidente

Assinatura Ilegível — Secretário

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, após a sessão plenária e com a presença dos senhores deputados: Antônio Lopes Júnior, Arizone Mendes de Araújo, Francisco Escorsim, Acyr José e Alvaro Dias. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N.º 393-68 — De autoria do senhor deputado Olavo Ferreira, que estabelece data para funcionamento aos estabelecimentos de ensino primário e médio, desde que sejam criados e obtenham autorização para funcionar até 15 de fevereiro de 1969. Relator: Deputado Arizone Mendes de Araújo. Parecer: Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 277-70 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável com substitutivo. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 128-70 — De autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a instituir anualmente, através da Fundepar, o "Concurso de Literatura do Paraná", e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 22-71 — De autoria do senhor deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo, construir um Grupo Escolar no Bairro de Santa Cândida, município de Curitiba. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 288-70 — De autoria do senhor deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha, município de Foz do Iguaçu. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 225-70 — De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafetal, município de Iporã. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 42-71 — De autoria do senhor deputado Acyr José, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Maestro Bento Mossurunga", o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: O Relator deixou o parecer a critério da Comissão, a qual opinou favoravelmente, de acordo com a opinião pessoal do senhor deputado Alvaro Dias. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 202-69 — De autoria do senhor deputado Seme Scaff, que cria na cidade de Grandes Rios, o Ginásio Estadual denominado "Ivone Pimentel". Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 215-70 — De autoria do senhor deputado, Erondy Silvério, que denomina "Vereador Dino Gasparin", o Grupo Escolar da Vila Hauer, nesta capital. Relator: Deputado Antônio Lopes Jr. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 231-69 — De autoria do senhor deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Monte Real, município de Sto. Antônio da Platina, um Giná-

sio Estadual, para funcionar no próximo ano letivo. Relator: Deputado Arizone Mendes de Araújo. Parecer: Favorável, sub-censura. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 239-70 — De autoria do senhor deputado Pinto Dias, que cria uma escola Comercial Estadual, no Município de Terra Rica. Relator: Deputado Arizone Mendes de Araújo. Parecer: Favorável, sub-censura. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 182-69 — De autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do município de Itambé, um estabelecimento de ensino técnico comercial de grau médio, para funcionar a partir do próximo ano. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 8-70 — De autoria do senhor deputado Ivo Tomazoni, que denomina Ginásio Estadual "Arthur da Costa e Silva", o atual Ginásio Estadual da sede do município de Cândido de Abreu. Relator: Deputado Acyr José. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 175-70 — De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, em Campo Bonito, e dá outras providências. Relator: Deputado Arizone Mendes de Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 393-67 — De autoria do senhor deputado Fuad Nacli, que declara de Utilidade Pública a escola primária "Rui Barbosa", no município de Centenário do Sul. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Pelo arquivamento. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

- a) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente
- a) Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10.a REUNIÃO ORDINÁRIA

As dezessete horas, do dia trinta de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e um, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do senhor Vice-Presidente, deputado José Muggiati Filho, presentes os senhores Deputados: Armando Queiroz, Sebastião Rodrigues Júnior, Emilio Carazzai, Cândido Manoel, Alberto Carvalho, e o Senhor Assessor da Comissão, doutor José Maria Zanardini de Camargo. Havendo número legal, o Senhor Presidente, deputado José Muggiati Filho, declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da 9.a Reunião Ordinária, após requerida dispensa de leitura, pelo Senhor deputado Armando Queiroz. Antes do início da Ordem do Dia o senhor Vice-Presidente solicitou os Projetos de Lei n.ºs 125-71 e 126-71, que distribui aos senhores deputados Cândido Manoel e Emilio Carazzai, respectivamente, tendo em vista ser matéria de urgência. Estêve presente à Reunião o senhor deputado Nivaldo Krüger, líder do M.D.B., que, em nome de sua bancada, veio agradecer à Comissão de Constituição e Justiça pelos seus trabalhos desenvolvidos no período legislativo que se encerra, tendo a presidência da mesa agradecido em breves palavras. Passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 6-71: de autoria do senhor deputado Paulo Poli. Revoga a Resolução n.º 25-68, de 18.12.68, que autorizou realização de plebiscito para criação do município de Francisco Alves. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 11-71, de autoria do senhor deputado Igo Iwant Losso. Declara de utilidade pública a Escola 29 de Março, de Curitiba. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 19-71, de autoria do senhor deputado Igo Iwant Losso. Autoriza o P.E. a doar à Escola de

Florestas da Universidade Federal do Paraná, área de terreno rural, com aproximadamente 19,46 hectares. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 21-71, de autoria do senhor deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Mulheres Médicas, Seção do Paraná, com sede e fôro nesta Capital. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 29-71, de autoria do senhor deputado Rosário Pitelli. Transfere para a responsabilidade do DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Primeiro de Maio a Sertãoópolis. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 43-71, de autoria do senhor deputado Rosário Pitelli. Autoriza o Poder Executivo a doar, à Sociedade Procoppense de Assistência ao Menor, o terreno que especifica. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável com substitutivo anexo. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 59-71, de autoria do senhor deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo a entregar vinte por cento da Taxa Rodoviária única, prevista no Decreto-Lei n.º 999, de 21.10.69, aos Municípios de acordo com a arrecadação da mesma em seus territórios. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: contrário. Voto vencido do deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 69-71, de autoria do senhor deputado João Mansur. Autoriza o P.E. criar um Ginásio Estadual no Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, para funcionar a partir do ano letivo de 1972. Relator deputado Cândido Manoel. Parecer: contrário. Rejeitado. Designado o senhor deputado Armando Queiroz, como segundo relator. 9) — PROJETO DE LEI N.º 72-71, de autoria do senhor deputado Fabiano Braga Côrtes. Autoriza o P.E. criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Cambira. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 75-71, de autoria do senhor deputado Cândido Manoel. Autoriza o P.E. permutar com o Município de Itapejara do Oeste, o lote de terreno que especifica. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 78-71, de autoria do senhor deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, através da Secretaria de Transportes, o revestimento asfáltico da Rodovia Arapongas-Astorga-Santa Fé-Colorado. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 79-71, de autoria do senhor deputado Marciano Baraniuk. Declara de utilidade pública a Associação das Damas Rotárias de Umuarama. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 82-71, de autoria do senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o P.E. criar o Colégio Estadual no Município de Palotina, para funcionar no ano em curso. Relator deputado Cândido Manoel. Parecer: contrário. Rejeitado. Designado segundo relator, o deputado Gilberto Carvalho. 14) — PROJETO DE LEI N.º 83-71, de autoria do senhor deputado Arizone Araújo. Autoriza o Poder Executivo a permutar lotes da planta do Município de Itapejara do Oeste, como especifica. Relator deputado Gilberto Carvalho. Requerida vista pelo deputado Cândido Manoel. Deferido. 15) — PROJETO DE LEI N.º 87-71, de autoria do senhor deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o P.E. estender a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão Rocha, uma linha de força e luz elétrica. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N.º 88-71, de autoria do senhor deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o P.E. construir uma Estrada para ligar a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão da Rocha. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N.º 90-71, de autoria do senhor deputado Francisco Borsari Neto. Transfere ao DER, para fins de conservação e melhoria, a rodovia que liga a ci-

dade de Uraí à PR-74. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N.º 92-71, de autoria do senhor deputado Igo Iwant Losso. Autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00, ao ancião Valentin Beck. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.º 91-71, de autoria do senhor deputado Acyr José. Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar Professor João Loyola. Relator deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI N.º 94-71, de autoria do senhor deputado Quiêse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no Município de Lobato. Relator deputado Cândido Manoel. Parecer: contrário. Rejeitado. Designado o senhor deputado Emilio Carazzai, como segundo relator do Projeto. 21) — PROJETO DE LEI N.º 99-71, de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Jordão, ligando a Estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no município de Guarapuava, ao Município de Pinhão. Relator deputado Cândido Manoel. Parecer: favorável. Aprovado. 22) — PROJETO DE LEI N.º 102-71, de autoria do senhor deputado Domício Scaramella. Autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que liga a sede do Município de Cruz Machado à sede do Município de Pinhão, na forma que especifica. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N.º 103-71, de autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, Município de Piraquara. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 24) — PROJETO DE LEI N.º 104-71, de autoria do senhor deputado Ivo Tomazoni. Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor Fundabem, como sede na cidade de Pato Branco. Relator deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 25) — PROJETO DE LEI N.º 26-70, de autoria do senhor deputado João Mansur. É vedado as Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado, participe como acionista majoritário, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo participação de seus Diretores, nos lucros que por ventura produzirem. Relator deputado José Muggiati Filho. Requerida vista pelo senhor deputado Armando Queiroz. Deferido. 26) — PROJETO DE LEI N.º 309-70, de autoria do senhor deputado Silvio Barros. Autoriza o Poder Executivo a doar à Cooperativa de eletrificação Rural Maripá Ltda., do Município de Palotina, material elétrico de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica, que se encontra na mesma a título de empréstimo. Relator deputado Emilio Carazzai. Parecer: contrário. Aprovado. 27) — PROJETO DE LEI N.º 126-71, que é de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 18-71, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização do Poder Executivo, para contrair empréstimo ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00, para os fins que especifica. Relator deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 28) — PROPOSIÇÃO N.º 33-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 13-71, encaminhando cópia autêntica do termo de acordo que entre si fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, através de suas Secretarias de Agricultura, visando colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse. Relator Cândido Manoel. Parecer: favorável com o respectivo projeto de Resolução. Aprovado. 29) — PROPOSIÇÃO N.º 41-70, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 7-70, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 4.11.69, entre o Governo do Estado do Paraná, através do DER e a Rede Ferroviária Federal S.A. RVPSC. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer favorável, com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 30) — PROPOSIÇÃO N.º 98-70, de autoria do Poder Executivo,

Mensagem n.º 40-70, encaminhando convênio celebrado em 19.11.69, entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, para a implantação da área Metropolitana de Curitiba. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado.

31) — PROPOSIÇÃO N.º 227-69, de autoria da Associação Comercial do Paraná, exposição de motivos com referência a Lei n.º 5.950, de 4.7.69, e solicitação para que seja elaborado Projeto de Lei que venha revogar aquele diploma legal. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Requer seja convertida em diligência junto à Secretaria da Fazenda. Deferido. Encerrada a Ordem do Dia, cumpre mencionar que o senhor Presidente, deputado José Mugigati Filho, solicitou ao senhor deputado mais idoso, Emílio Carazzai, para que tomasse a Presidência, a fim de que pudesse atuar como relator de vários projetos que lhe foram distribuídos; o que foi efetuado. Nada mais havendo a tratar, o senhor deputado, Presidente em exercício José Muggiati Filho, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme por todos os membros da Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.

aa) Assinatura. Ilegível — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária